



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2016 - B, celebrado pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e o Banco de Brasília S.A, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 430.000.657/2015.

Folha nº	1004
Processo nº	430.000.657/2015
<i>Carla C. A. Cornelio</i> Carla C. A. Cornelio 189.668-0	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O DISTRITO FEDERAL, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL** doravante denominada CONTRATANTE, com sede na SEP 515, Bloco A, Lote 01, 4º andar, CEP: 70.770 – 501, nesta Capital, CNPJ nº 04.251.080/0001-09, representada por **THIAGO JARJOUR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador do RG Nº 1531-794 SSP/DF, CPF Nº 007.164.981-62, na qualidade de Secretário Adjunto do Trabalho, com delegação de competência prevista na Portaria Nº 09, de 02 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 25, de 05/02/2015, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e de outro lado, o **BANCO DE BRASÍLIA S.A**, na qualidade de Agente Financeiro do DF, com competência prevista na Lei Orgânica, doravante denominado simplesmente **BRB**, instituição financeira de economia mista, com sede em Brasília - DF, no SBS - Quadra 01, Bloco “E”, Ed. Brasília, 3º andar, inscrito sob o CNPJ/MF sob o nº 00.000.208/0001-00, neste ato representado por seu Diretor de Governo e Produtos, **NILBAN DE MELO JÚNIOR**, portador do CPF nº 238.632.691-87 e CI nº 685.044 SSP/DF, resolvem, por mútuo e comum acordo, firmar o presente instrumento, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, 9.648/98 e Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar 868 de junho de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O Termo de Referência é parte integrante do presente Contrato com seus respectivos Anexos fls. 382/461, bem como a Proposta de fls. 837/838, e obedecem aos termos da Lei nº 8.666/93, de acordo com o seu Art. 25 c/c Art. 26, Instrução Normativa nº 04/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está amparado pelo Decreto nº 25.745 de 11 de abril de 2005, alterado pelo Decreto, nº 34.720, de 7 de outubro de 2013, que regulamentam a Lei Complementar nº. 704 de 18 de janeiro de 2005, que cria o FUNGER/DF e a Lei Complementar nº. 868 de 11 de junho de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de operacionalização dos empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do FUNGER/DF, no tocante aos sistemas de apoio à solução, compreendendo o desenvolvimento de novas funcionalidades, manutenções adaptativas, corretivas e evolutivas dos sistemas que

1





apoiam a plataforma de Microcrédito da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado sob a forma de Empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1 – O valor unitário do **Ponto de Função de Alta Plataforma (PF)** é de R\$ 572,08 (quinhentos e setenta e dois reais e oito centavos), perfazendo o valor anual estimado em R\$ 76.229,66 (setenta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos).

5.2 – O valor unitário do **Ponto de Função de Baixa Plataforma (PF)** é de R\$ 463,52 (quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo o valor anual estimado em R\$ 384.744,78 (trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

5.3 – O valor mensal da **Manutenção Corretiva/Preventiva** do Sistema de Operação de Microcrédito do FUNGER é de R\$ 24.040,09 (vinte e quatro mil e quarenta reais e nove centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 288.481,04 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quatro centavos).

5.3 – O valor mensal da **Manutenção Corretiva/Preventiva** do sistema AST, do FUNGER, é de R\$ 23.190,88 (vinte e três mil, cento e noventa reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 278.290,52 (duzentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e dois reais). Perfazendo o valor global de R\$ 1.027.746,00 (um milhão, vinte e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais).

5.4 – O Valor Global do Contrato é de R\$ 1.027.746,00 (um milhão, vinte e sete mil, setecentos e quarenta e seis).

5.5 – No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para cumprimento integral do objeto da contratação.

5.6 – A despesa será atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

5.7 – Os valores contidos nesta cláusula serão reajustados a cada 12 meses da assinatura deste, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se necessário, o contrato poderá ser alterado em razão de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que presente as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 250902 – Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF – FUNGER/DF;

II – Programa de Trabalho: 11.126.6001.2557.2637 – Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação – FUNGER – Distrito Federal;

III – Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica;

V – Fonte de Recurso: 123 (amortizações de financiamentos) e 100 (tesouro).

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 308.027,06 (trezentos e oito mil, vinte e sete reais e seis centavos), conforme Nota de Empenho nº 2016NE00042, emitida em 21 de julho de 2016, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativa.

Parágrafo Primeiro – Os recursos mencionados no caput desta Cláusula serão oriundos do FUNGER/DF, ou de outras fontes previstas no art. 2º da Lei Complementar



nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº. 868 de 11 de junho de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 25.745, de 11 de abril de 2005, alterado pelo Decreto, nº 34.720, de 7 de outubro de 2013.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato. Para efeito de pagamento, o BRB deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, permitida a prorrogação com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93, se não houver denúncia de uma das partes até a data de seu vencimento.

8.2 O quantitativo de Pontos de Função (PF) e a sua consequente utilização são contabilizados para o período contratual de 12 (doze) meses;

8.3 A manutenção dos Sistemas de Operação de Microcrédito é a Quantidade de PF, quando da prorrogação contratual, serão renovados no mesmo importe inicial para o novo ano de execução e assim sucessivamente.

CLÁUSULA NONA – Do Reajuste

O preço da contratação deverá ser reajustado mediante manifestação expressa do BRB, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida nos dozes meses anteriores ao reajuste, contados da data limite da apresentação da proposta.

Parágrafo Único – Se necessário, o Contrato poderá ser alterado em razão de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que presente as hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações das Partes

10.1 - Compete à SEDESTMIDH:

I- Cumprir fielmente o Contrato de modo que o BRB possa realizar os serviços com esmero e perfeição.

II- Proporcionar os recursos técnicos necessários para que o BRB possa executar os serviços conforme as especificações acordadas.

III- Conceder acesso aos técnicos do BRB às instalações onde estejam previstas a execução dos serviços ordenados.

IV- Designar servidor ou equipes de servidores para coordenar e fiscalizar o Contrato.

V- Exercer a fiscalização do Contrato quanto à execução dos serviços, levantando sempre que possível as medidas necessárias à regularização dos problemas observados, mediante notificação ao BRB.

VI- Efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos contratados.

VII- Manter histórico documentado dos motivos que resultaram em aplicação de penalidades.



10.2 - Compete ao BRB:

I- Cumprir as atividades especificadas no Termo de Referência com habilidade e esmero, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto da contratação.

II- Garantir a execução dos serviços objetos do Termo de Referência sem interrupção, substituindo, em caso de necessidade e sem ônus para a Contratante, quaisquer recursos que se façam necessários.

III- Estabelecer relação harmoniosa com os servidores desta Pasta, promovendo sinergia no desenvolvimento das atividades e buscando a excelência no atendimento dos usuários da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo e Diretoria de Sistemas do Trabalho, resguardada a independência necessária para a execução das atividades.

IV- Administrar, coordenar e avaliar, sob sua responsabilidade, os profissionais alocados aos serviços desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, encargos, incluindo todo e qualquer valor rescisório, além de todas as taxas que gravem seu ramo de atuação.

V- Manter equipe técnica dimensionada de forma a atender as solicitações dentro dos prazos necessários, dos cronogramas estabelecidos e para o perfeito funcionamento dos serviços objeto do Contrato.

VI- Utilizar profissionais capacitados e habilitados para os serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança, eficiência, correndo por sua conta todas as despesas com salários, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros, além de capacitações complementares sempre que se fizer necessário.

VII- Comunicar a esta Secretaria qualquer alteração na composição da equipe, a partir do momento da formalização do processo de desligamento ou contratação.

VIII- Emitir, sempre que requerido por esta Pasta Trabalhista, relatórios gerenciais ou técnicos relativos aos serviços prestados, além de outras informações e esclarecimentos solicitados.

IX- Dar ciência imediata e formalmente de qualquer anormalidade ou fato extraordinário que for verificado durante a execução dos serviços;

X- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

11.1 – Modelo de Contratação

11.1.1 – O modelo de prestação de serviço será por solicitação, ou seja, o BRB receberá da Contratante uma Ordem de Serviço para a elaboração dos produtos e as etapas desejadas.

11.2 – Metodologia de Trabalho

11.2.1 – No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, o BRB deverá comparecer a uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas e nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e seus Anexos; esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços; assinar o Termo de Compromisso de Sigilo, e entregar ao Gestor do Contrato o Termo de Ciência, firmado por seus empregados que potencialmente participarão da execução do Contrato ou terão acesso às informações sigilosas da Contratante.

11.2.2 – Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato da Contratante, os Fiscais do Contrato, Requisitante e Administrativo, membro(s) da equipe técnica da Contratante e o Preposto do BRB.





11.2.3 – A reunião realizar-se-á no Edifício Sede da Contratante mediante convocação do Gestor do Contrato.

11.2.4 – Nessa reunião o BRB deverá apresentar oficialmente seu Preposto, mediante Carta de Preposição.

11.2.5 – Ao final, deverá ser produzida Ata de Reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes.

11.2.6 – Etapas e Locais de Execução.

11.2.6.1 -Os serviços serão estruturados em etapas a serem realizadas no local indicados na tabela abaixo:

Etapa	Nome da Etapa	Local de Execução
I	Iniciação	Edifício Sede da Sec. Adjunta do Trabalho
II	Levantamento de Requisitos	Edifício Sede da Sec. Adjunta do Trabalho ou Unidade do BRB
III	Análise e Projeto	Unidade do BRB
IV	Codificação e Testes	Unidade do BRB
V	Homologação	Unidade do BRB
VI	Implantação	Unidade do BRB
VIII	Estabilização	Unidade do BRB

11.2.6.2 - O acompanhamento do desenvolvimento do sistema será realizado com base no esforço quantificado em pontos de função (esforço/prazo), conforme especificado no item 11.9.3 deste Instrumento.

11.2.7 – A Sede da Secretaria Adjunta do Trabalho, na qual serão executadas as atividades acima descritas, está localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 6, Lotes 10/11 Edifício Guanabara – Brasília.

11.2.8 – Os serviços cujo local de execução esteja definido como sendo nas Dependências do BRB, poderão, eventualmente, ser prestados nas dependências da Contratante. A Contratante deverá comunicar a necessidade formalmente ao BRB com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

11.2.9 – Os serviços prestados nas dependências da Contratante deverão ser executados sob a supervisão técnica e administrativa do BRB, através de preposto formalmente designado para tal fim.

11.3 – Recursos e Infraestrutura para execução dos serviços





11.3.1 – Será integralmente do BRB o ônus com o estabelecimento das condições para execução das atividades em suas dependências, abrangendo, inclusive, infraestrutura de hardware (equipamentos), sistema (ferramentas de trabalho), suporte ao uso de sua infraestrutura de hardware e sistema para seus próprios colaboradores, comunicação de dados (se for necessário, para conexão com o ambiente informatizado da Contratante) e pessoal (colaboradores do BRB).

11.3.2 – Será da Contratante o ônus com o estabelecimento da infraestrutura de hardware (equipamentos) e sistema (ferramentas de trabalho) para a execução das atividades quando estas forem realizadas em suas dependências, inclusive o suporte ao uso das ferramentas e do ambiente computacional da Contratante.

11.3.3 – Os ambientes de homologação e produção deverão ser instalados e configurados pelo BRB utilizando infraestrutura própria do Banco.

11.4 – Ordem de Serviço – OS

11.4.1 – Todos os serviços demandados pela Contratante serão formalizados por meio de Ordens de Serviço (OS), conforme Anexos nº II e III – Modelo de Ordem de Serviço do Termo de Referência.

11.4.2 – Caso na execução da Ordem de Serviço não ocorra a entrega comprovada de uma atividade específica, fica vedado o pagamento da mesma.

11.5 – Encaminhamento e Controle das Solicitações, Entrega, Avaliação e Recebimento.

11.5.1 – O Fiscal Técnico emitirá a Ordem de Serviço (OS) definindo, juntamente com o BRB, quais etapas serão contempladas, uma vez que haverá demandas que não necessitarão da execução de todas as etapas previstas.

11.5.2 – O BRB será remunerado pela entrega de funcionalidades definidas na OS.

11.5.3 – O Preposto avalia a demanda e procede a análise preliminar, interagindo com o Fiscal Técnico de Projeto para eventuais esclarecimentos sobre a especificação.

11.5.4 – O BRB detalhará o escopo; definirá os produtos a serem gerados de acordo com o solicitado na OS, fará a estimativa do número de pontos de função, definirá as atividades a serem executadas, os responsáveis, os pontos de controle, informará data prevista para início do atendimento, preço e data estimada de término com base na quantidade de pontos de função.

11.5.5 – A Contratante avaliará a contagem de pontos de função apresentada e os prazos das entregas. Caso verifique alguma inconsistência ou divergência no planejamento, retornará para replanejamento pelo BRB, o qual deverá apresentar novo plano aderente à OS, em um prazo adicional de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação da reprovação, podendo, no caso de descumprimento do prazo, serem aplicadas penalidades previstas contratualmente.

11.5.6 – Havendo concordância com o planejamento, a Contratante autorizará a execução do serviço, registrando-a adequadamente na OS. Qualquer alteração nas definições descritas na OS deverá gerar uma nova ordem a ser preenchida indicando que se trata de uma OS adicional, fazendo referência à anterior que originou os serviços.

11.5.7 – O BRB executará os serviços e entregará todos os artefatos produzidos referentes a uma etapa, dentro do prazo de entrega estabelecido para a etapa e dos parâmetros de qualidade contratados.

11.5.8 – A Contratante emitirá o Termo de Recebimento Provisório da etapa entregue e avaliará os artefatos produzidos, registrando essa avaliação em Termo de Avaliação de Qualidade.

11.5.9 – Caso a Contratante encontre não-conformidades ou deficiências nos artefatos entregues, solicitará ao BRB sua correção ou apresentação de justificativas.





11.5.10 – O BRB deverá executar os ajustes das não-conformidades registradas pela Contratante, no prazo máximo de 30% (trinta por cento) do prazo estabelecido para a execução da respectiva etapa na OS.

11.5.11 – Após o recebimento definitivo, pela Contratante, de todas as etapas definidas na OS, o BRB efetua uma Contagem Final de Pontos de Função Brutos da OS e submete à aprovação da Contratante.

11.5.12 – Ocorrendo divergência para mais ou para menos da contagem inicial, superior a 50% (cinquenta por cento), essa deverá ser devidamente justificada na OS.

11.5.13 – A Contratante avaliará a contagem final e, caso a aprove, procederá o aceite definitivo da OS.

11.5.14 – Caso haja divergência entre as contagens efetuadas pelo BRB e pela Contratante superior a 5% (cinco por cento), deverá ocorrer uma análise para identificar os pontos divergentes e estabelecer a contagem final; caso a divergência seja igual ou inferior a 5% (cinco por cento), prevalecerá a menor contagem.

11.5.15 – A contagem final poderá implicar no pagamento ou compensação de eventuais diferenças referentes a etapas pagas anteriormente.

11.5.16 – Depois de entregues pelo BRB e aprovados pela Contratante todos os artefatos referentes a uma etapa relacionados na OS, inclusive os testes de integração, quando couber, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da etapa e autorizará o BRB a emitir as Notas Fiscais para encaminhamento ao Fiscal Administrativo para o respectivo pagamento.

11.6 – Estabilização

11.6.1 – O BRB responderá pela reparação dos eventuais defeitos relativos aos artefatos e produtos entregues, identificados até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento da etapa de Implantação, comprometendo-se a efetuar de imediato as necessárias manutenções corretivas, sem ônus adicionais para a Contratante, ainda que a conclusão do serviço extrapole a Vigência do Contrato.

11.6.2 – A Contratada deverá manter cópias de segurança do produto original por período de 10 (dez) anos para eventual análise posterior.

11.6.3 – A Etapa de Estabilização somente será concluída após o encerramento do Prazo de Garantia e após a solução de todas as eventuais pendências de correção do sistema.

11.7 – Chamados Técnicos

11.7.1 – Durante as etapas de Homologação e Estabilização, as não conformidades encontradas serão registradas na ferramenta definida.

11.7.2 – Em caso de indisponibilidade da ferramenta, os chamados serão enviados por e-mail (ou outra forma de comunicação eletrônica) ao Preposto do BRB, ou pessoa designada por este, sem prejuízo à apuração dos indicadores.

11.7.3 – Os Chamados Técnicos de Correção visam recolocar o sistema de operação de microcrédito em seu pleno estado de funcionamento.

11.7.4 – Os Chamados Técnicos de Correção deverão ser atendidos de segunda-feira a sexta-feira, em horário de 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, por profissionais especializados.

11.7.5 – O atendimento aos chamados técnicos deverá ser feito nas dependências da Contratante sempre que a natureza do serviço exigir a presença de técnicos especializados.

11.7.6 – Cada chamado técnico aberto será avaliado individualmente pela equipe técnica da Contratante.

11.7.7 – Serão considerados, no mínimo, os seguintes critérios para efeito de avaliação do serviço prestado:

- a) Disponibilidade conforme períodos e horários exigidos;
- b) Agilidade, cortesia e presteza no atendimento dos chamados técnicos;



- c) Eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- d) Eficiência no desenvolvimento dos requisitos adaptativos, perfectivos e evolutivos solicitados pela Contratante; e

e) Atendimento às demais exigências contratuais.

11.7.8 – O chamado técnico será considerado fechado após atendimento e apresentação de solução temporária/definitiva dentro das condições e prazos estabelecidos conforme severidade do chamado aberto.

11.7.9 – Para que ocorra o fechamento dos chamados, o BRB deverá fornecer, em detalhes e por escrito, as informações técnicas acerca da solução do problema detectado.

11.7.10 – O atendimento aos Chamados Técnicos de Correção deverá seguir os prazos estabelecidos na Tabela de Prazos de Atendimento apresentados a seguir, contabilizados a partir da abertura do chamado, conforme registro:

a) CRÍTICO – Incidente que afete a disponibilidade dos sistemas de operação de microcrédito e/ou comprometimento grave de funcionalidade, ou de dados ou de ambiente;

b) SEVERO – Incidente que não afeta a disponibilidade dos sistemas de operação de microcrédito, porém apresenta problemas que compromete funcionalidade de dados ou de ambiente; e

c) MODERADO – Incidente nos sistemas de operação de microcrédito com pequeno ou nenhum comprometimento de funcionalidade, de dados ou de ambiente.

11.7.11 – Será considerado para efeito de prazo, o tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuado pela equipe técnica da Contratante, no sistema de controle dos chamados técnicos, e a efetiva solução do incidente, extinguindo a causa do comportamento inadequado do sistema de informação, sítio ou portal.

11.7.12 – Nos casos de soluções temporárias visando o reestabelecimento do sistema/funcionalidade que necessitem de demanda corretiva para solução final, o prazo do chamado se encerra com o reestabelecimento do sistema e o prazo da demanda corretiva se dará de acordo com a quantidade de pontos de função e os prazos do item 11.9.4.



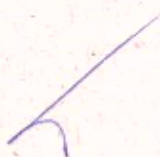
11.7.13 – A correção dos erros e desconformidades do sistema de operação de microcrédito compreenderá as atividades de diagnóstico, análise e implantação de nova versão corrigida, se for o caso.

11.7.14 – Todas as decisões e entendimentos que impliquem em modificações das Ordens de Serviço, bem como dos produtos entregues, deverão ser prévia e formalmente autorizados pelo Gestor do Contrato com a emissão de OS adicional ou aditamento da OS original, conforme o caso.

11.7.15 – Deverão ser definidos pelo BRB, nas OS, os prazos para a conclusão e entrega dos produtos, os quais deverão ser avaliados pela Contratante, respeitando as condições e etapas estabelecidas no Termo de Referência e nas próprias OS:

Severidade da Ocorrência	Prazo Máximo de Conclusão
Crítico	8 horas
Severo	24 horas
Moderado	72 horas

11.7.19 – Os eventuais atrasos que não ocorrerem por culpa do BRB não serão considerados para efeito de contagem de prazos e cálculo dos indicadores definidos no Nível de Serviço.



11.7.20 – A Contratante demandará uma OS por vez e o BRB deverá entregar os produtos na medida em que forem sendo construídos, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Contratante.

11.7.21 – As datas para a Homologação e Implantação de cada produto serão definidas conforme o tamanho da demanda, conforme estabelecido no Termo de Referência.

11.7.22 – O prazo utilizado pela Contratante para a etapa de Homologação dos produtos será de no máximo 30% (trinta por cento) do prazo para execução da OS, respeitando-se o período mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

11.7.23 – O prazo utilizado pela Contratante para a avaliação e aceite dos artefatos das demais etapas será de no máximo 30% (trinta por cento) do prazo para execução da etapa, respeitando-se o período mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

11.7.24 – A Transferência de Conhecimento deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a etapa de Implantação do sistema.

11.8 – Formas de Acompanhamento do Contrato

11.8.1 – A metodologia de trabalho aplicada durante a execução dos Contratos será a seguinte:

- a) Toda solicitação da Contratante ao BRB será por meio de ordens de serviço formais encaminhadas pelo gestor do Contrato ao responsável do BRB. Incluem-se nesta definição as ordens iniciais para efetivação dos serviços contratados;
- b) Os funcionários do BRB que necessitarem de acesso às dependências da Contratante deverão estar identificados através de crachás e terão sua entrada franqueada apenas através de agendamento prévio, para entrega dos serviços e para o treinamento;
- c) Qualquer dificuldade encontrada para execução das atividades deverá ser prontamente relatada ao gestor do Contrato que se encarregará das medidas cabíveis;
- d) Ao final da atividade, os fiscais do Contrato atestarão a conclusão em formulário próprio, consignando os registros necessários e anexando-o ao respectivo processo; e
- e) Caso tal atividade esteja relacionada com algum pagamento ao BRB, a conclusão da ordem de serviço é fundamental para encaminhamento da fatura correspondente ao setor responsável.

11.9 – Prazos

11.9.1 – O prazo máximo de início dos serviços será de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato. Neste prazo deverá ser realizada a Reunião inicial de Contrato para que o Plano de Inserção seja apresentado e o Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e o Termo de Ciência sejam assinados.

11.9.2 – Os primeiros 60 (sessenta) dias após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual o BRB deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e na qualificação das equipes de modo a assegurar o alcance das metas estabelecidas. **Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.**

11.9.3 – Os serviços serão executados de acordo com os prazos estabelecidos a seguir:

Tamanho do Serviço em Pontos de Função Brutos (até x PFB)	Prazo Máximo de Início (a partir da aprovação da OS)	Prazo Máximo de Conclusão (em dias corridos, do início)
50	Imediato	30 dias
100	Imediato	90 dias
200	7 dias	110 dias





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

300	7 dias	130 dias
400	7 dias	140 dias
500	15 dias	150 dias
600	15 dias	160 dias
700	15 dias	165 dias
800	15 dias	170 dias
900	30 dias	175 dias
1000	30 dias	180 dias

11.10 – Aceite, Alteração e Cancelamento

11.10.1.1 - Aceite

- a) Serão avaliados por meio do relatório de desempenho os serviços prestados pelo BRB para aceite e pagamento. Todos os serviços serão avaliados quanto ao pleno atendimento aos Níveis de Serviço estabelecidos no Termo de Referência; e
- b) A Diretoria de Sistemas do Trabalho desta Secretaria ou a Unidade de Negócio Responsável pelo Sistema emitirão Termo de Aceitação do Serviço após os testes e inspeção dos artefatos e produtos entregues. A inspeção poderá gerar a recusa de artefatos e produtos entregues por motivo de vícios de qualidade.

11.10.2 -Alteração

A alteração de algum serviço será realizada caso o problema a ser solucionado não seja resolvido. Neste sentido, os serviços não poderão ser finalizados e as contagens para níveis de serviço não recomençarão. Serão registradas as alterações e encaminhadas à empresa para execução.

11.10.3 –Cancelamento

- a) O cancelamento de algum serviço será realizado pelo gestor do Contrato ou pelos demandantes do serviço; e
- b) Os técnicos da contratante não poderão cancelar atendimentos ou demandas de serviços sem a expressa autorização do gestor do Contrato ou fiscal técnico.
- c) Demandas de sistemas iniciadas e canceladas antes da entrega deverão ser pagas parcialmente conforme o gasto ocorrido pelo BRB.

11.11 – Entrega

O efetivo pagamento das faturas está condicionado à emissão formal dos termos de aceite definitivos.

11.12 – Recebimento

11.12.1 – Recebimento provisório: será emitido por servidor da Contratante devidamente identificado e deverão constar data e hora do recebimento dos serviços.

11.12.2 – Recebimento definitivo: será emitido pela equipe de fiscalização contratual após verificados todos requisitos técnicos necessários.

11.13 – Treinamento

Deverá ser realizado conforme solicitado pela Contratante, e acordado pelo BRB, no horário de expediente, das 08h30 às 18h00 no Edifício Sede da Secretaria Adjunta do Trabalho.

11.14 – Forma de Execução

A partir da aprovação da contagem estimada da demanda de sistema, o BRB deve apresentar o cronograma de entrega.

11.15 – Metodologia de Avaliação da Qualidade

Serão empregados no acompanhamento da prestação dos serviços prestados pelo BRB os Níveis Mínimos de Serviço exigidos – NMS, conforme consta no Termo de Referência.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

COMPETE AO BRB

12.1- No caso de mudança da Lei Complementar nº 704 alterada pela Lei Complementar nº 868/2013, em que ocorra a extinção das condições de inexigibilidade na presente contratação, o BRB encaminhará todos os códigos-fonte e informações dos bancos de dados dos sistemas de baixa plataforma à Contratante em meio magnético.

12.1.2- O BRB reconhece que, em razão da sua prestação de serviços, objeto do presente Contrato, estabelece contato com informações privadas da Secretaria Adjunta do Trabalho, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios servidores da Secretaria Adjunta do Trabalho, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

12.1.3 - As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da Secretaria Adjunta do Trabalho e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- a) Listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas ao sigilo fiscal que a Secretaria Adjunta do Trabalho deve observar, por imposição legal;
- b) Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, orçamentárias, cadastrais, e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- c) Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços desenvolvidos pela Secretaria Adjunta do Trabalho ou por terceiros para a Secretaria Adjunta do Trabalho que estejam em utilização; e
- d) Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica.

12.1.4 - O BRB obriga-se a informar imediatamente a Secretaria Adjunta do Trabalho qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

12.1.5 - O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Contrato acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

12.1.6 - O BRB se compromete, no âmbito do Contrato, a apresentar a Secretaria Adjunta do Trabalho declaração individual de adesão e aceitação das presentes cláusulas, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato, conforme Anexo XIII do Termo de Referência.

Compete à SEDESTMIDH:

12.2.1 - Manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pelo BRB à CONTRATADA de forma escrita, verbal ou de outro modo, devendo sempre tratá-la como informação sigilosa, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo BRB;





12.2.1 - Não revelará, reproduzirá, utilizará, copiará ou dará conhecimento, em hipótese alguma a terceiros, bem como não permitirá que nenhum de seus diretores, empregados e/ ou prepostos faça uso das informações fornecidas pelo BRB de forma diversa da execução do objeto do Contrato, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações;

12.2.2 - Cientificará seus diretores, empregados e/ ou prepostos da existência das obrigações referentes a Sigilo e Confidencialidade das Informações, devendo tomar todas as medidas de cautela cabíveis a fim de mantê-las em sigilo absoluto;

12.2.3 - Não tomará qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos à informações que venham a ser reveladas.

Parágrafo Primeiro - As obrigações relacionadas ao sigilo das informações constituem acordo entre as PARTES e tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das informações até 5 (cinco) anos após o término do objeto do Contrato.

Parágrafo Segundo - A quebra de sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa do BRB, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem ônus para o BRB. Neste caso, a SEDESTMIDH estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo BRB, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 – Os partícipes poderão propor alterações em qualquer das cláusulas contratadas, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que tal interesse seja manifestado formalmente, previamente, por uma das partes, a qualquer tempo, antes do término de sua vigência;

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.3 – O BRB obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 – O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará o BRB à multa prevista no Termo de Referência, ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

14.2 – Da Espécie

14.2.1 – O BRB, se não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeito a sanções, em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.

14.3 – Da Advertência

14.3.1 – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o BRB descumprir qualquer obrigação, e será expedido:





I – pelo ordenador de despesas do órgão Contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

14.4 – Da Multa

14.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao BRB pelo ordenador de despesas, por atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II – 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III – 1% (um por cento) do valor do Contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV – 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; ou pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

14.4.2 – A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao BRB a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor das parcelas devidas ao BRB; e

II – mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

14.4.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

14.4.4 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I – o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II – a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

14.4.5 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

14.4.6 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou Contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade Contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado.

14.5 – Da Suspensão

14.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou BRB no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:



I – por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência emitida pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, a licitante e/ou BRB permanecer inadimplente;

II – por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Contrato, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III – por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Contrato; e

IV – por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

14.5.2 – São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I – a SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – o ordenador de despesas do órgão Contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

14.5.3 – A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

14.5.4 – O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

14.6 – Da Declaração de Inidoneidade

14.6.1 – A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

14.6.2 – A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será extinta sempre que o BRB ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

14.6.3 – A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7 – Do Direito de Defesa

14.7.1 – É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.7.2 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;



14.7.4 – Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I – a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II – o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III – o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV – o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

14.7.5 – Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

14.7.6 – Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 14.2 e 14.3 nesta Cláusula de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 – Do Assentamento em Registros

14.8.1 – Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa;

14.8.2 – As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

14.9 – Da Sujeição a Perdas e Danos

14.8.1 – Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Contrato**, a licitante e/ou BRB ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

14.10 – Disposições Complementares

14.10.1 – As sanções previstas nos subitens 14.2, 14.3 e 14.4 da presente Cláusula serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão Contratante.

14.10.2 – Os prazos referidos nesta Cláusula só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

a) A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte do BRB, assegurará à SEDESTMIDH o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/93, bem como nos casos citados no art. 78 assegurados o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

b) Fica rescindido o presente, em caso de descontinuidade do contrato principal 17A, objeto do processo nº 430.000.661/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79, II, da Lei nº. 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias poderá ser:

I. O contrato poderá ser rescindido de comum acordo, que será reduzido a termo nos autos, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do art. 79, II, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA



Os débitos do BRB para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO EXECUTOR

O Distrito Federal, por meio da Secretaria Adjunta do Trabalho, designará Executor e Suplente para o Contrato, que desempenhará suas atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DOS PRAZOS

O início da execução dos serviços dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

21.1 – Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

21.2 – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

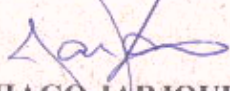
a) Fica vedada de contratar com o Governo do Distrito Federal a pessoa jurídica cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de Contratos de prestação de serviço terceirizado, Contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens e convênios e os instrumentos equivalentes. (Decreto nº 32.751/2011, de 04/02/2011, publicado no DODF de 07/02/2011 p 01.);

b) Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Nº 8.666/93, suas alterações, e demais normas aplicáveis.

E por estarem, assim, justas e convencionadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, que também o subscrevem, para que produza os efeitos de direito.

Brasília, 30 de agosto de 2016.

Pelo Distrito Federal:


THIAGO JARJOUR
Secretário Adjunto do Trabalho

Pelo BRB:


NILBAN DE MELO JÚNIOR
Diretor de Governo e Produtos

